



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**EDITAL DO PROAD Nº 3654/2022-1  
PREGÃO ELETRÔNICO**

**Objeto:** Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital.

**NOTA 1:** As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

**NOTA 2:** A presente licitação é regida pela Lei nº 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei nº 14.133/2021.

**Registro de Preços:** Não

**Exclusiva ME/EPP:** Não

**Margem de Preferência:** Não

**Valor Total Estimado:** R\$ 683.368,07

**Data e local da disputa:** 28/6/2022, às 14h00, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Licitação nº:** 34/2022

**UASG do TRT15:** 080011

**Vistoria Prévia:** Facultativa (Ver Anexo I ao edital)

**Amostra/Material Técnico ilustrativo:** Ver Item 8 do edital

**Laudos/Certificado:** Não se aplica

**Documentos de Habilitação**

**Vide Item 9 do Edital**

**Prazos**

**Envio de proposta e documentação por meio eletrônico**

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

**Pedido de esclarecimentos**

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

**Impugnação**

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

**Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame**

[licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br)

**Telefones:** (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 \*

\* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

### **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

#### **PROAD Nº 3654/2022-1**

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 10, de fevereiro de 2020 (que altera a Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

#### **DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

- |  |   |
|--|---|
| <b>a. Início da disputa de preços:</b> | <b>28/6/2022, às 14h00</b>  |
| <b>b. Local da Disputa:</b>            | <b>Portal de Compras do Governo Federal<br/>- <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></b> |
| <b>c. Critério de Julgamento:</b>      | <b>Menor preço por grupo/item</b>   |

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A licitação será dividida em 01 (um) grupo, formado por 05 (cinco) itens, e 14 (quatorze) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupo / itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo/item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Grupo/Item: 1-1, 1-5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 16, 17 e 19**

P.T. Resumido: **168074**      **R\$ 542.753,73**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -  
DESPESAS DIVERSAS  
449052 - Equipamentos e Material Permanente  
08 - apar.equip.utens.med.,odont,labor.hospit.  
Conta VPD:

**Item: 12, 14 e 15**

P.T. Resumido: **168074**      **R\$ 63.568,00**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -  
DESPESAS DIVERSAS  
449052 - Equipamentos e Material Permanente  
42 - mobiliário em geral  
Conta VPD:

**Grupo/Item: 1-2, 1-3, 1-4, 6 e 18**

P.T. Resumido: **168074**      **R\$ 77.046,34**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -  
DESPESAS DIVERSAS  
339030 - Material odontológico  
10 - Material odontológico  
Conta VPD: **331110100**

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item e total do grupo/item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.



6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo/item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br), pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br), pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.2.1. Para a presente contratação, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente catálogo ou prospecto ou documento equivalente que contenham as características de cada item ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, para verificação da compatibilidade com os requisitos solicitados, sob pena de desclassificação do licitante.

8.5.2.2. O catálogo técnico / material ilustrativo deve ser entregue em até 3 (três) dias, após a solicitação pelo Pregoeiro, no seguinte endereço:

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Coordenadoria de Licitações.  
Rua Dr. Quirino, 1.080, 2º andar. Centro de Campinas/SP.  
CEP: 13015-081.

8.5.2.3. Os catálogos, prospectos ou documento equivalente serão encaminhados para a área técnica requisitante para análise.

8.5.2.4. A conformidade com as especificações técnicas constantes do Anexo I – Termo de Referência será analisada em até 5 (cinco) dias úteis.

8.5.2.5. São previstas marcas de referência conforme tabela anexa ao Anexo I – Termo de Referência. O envio de catálogo técnico / material ilustrativo será dispensado caso seja proposta a marca de referência.

8.5.3. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.4. No caso de não haver entrega dos catálogos, prospectos ou documento equivalente ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de catálogos, prospectos ou documento equivalente fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.5. Se o(s) catálogo(s), prospecto(s) ou documento(s) equivalente(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceito(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s), prospecto(s) ou documento(s) equivalente(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de um que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) ([www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep));

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.8. Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais / municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual / Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **9.10. Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

$$\begin{array}{l} \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\ \hline \text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de:

- 01) R\$ 31.000,00 (trinta e um mil Reais) – para o Grupo 01.
- 02) R\$ 150,00 (cento e cinquenta Reais) – para o Item 06.
- 03) R\$ 3.000,00 (três mil Reais) – para o Item 07.
- 04) R\$ 500,00 (quinhentos Reais) – para o Item 08.
- 05) R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos Reais) – para o Item 09.
- 06) R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos Reais) – para o Item 10.
- 07) R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais) – para o Item 11.
- 08) R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos Reais) – para o Item 12.
- 09) R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem Reais) – para o Item 13.
- 10) R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos Reais) – para o Item 14.
- 11) R\$ 380,00 (trezentos e oitenta Reais) – para o Item 15.
- 12) R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos Reais) – para o Item 16.
- 13) R\$ 190,00 (cento e noventa Reais) – para o Item 17.
- 14) R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos Reais) – para o Item 18.
- 15) R\$ 1.100,00 (um mil e cem Reais) – para o Item 19.

#### **9.11. Qualificação Técnica:**

9.11.1. Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantitativos e prazos com o objeto desta licitação, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com o Acórdão TCU 2742/2015 - Plenário.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um grupo/item, que estiver concorrendo em outro grupo/item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do grupo/item em que venceu às do grupo/item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) grupo(s)/item(ns) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do grupo/item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.19.1.1. Caso haja grupo(s)/item(ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o grupo/item de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 .Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

15.1. Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes da Minuta de Contrato – Anexo III ao edital.

#### **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

16.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

16.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

16.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

16.2.5. O prazo previsto no subitem 16.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

16.2.6. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

16.2.7. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na Minuta de Contrato – Anexo III ao edital.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

## **17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual, se houver, são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3. apresentar documentação falsa;

21.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6. não mantiver a proposta;

21.1.7. cometer fraude fiscal;

21.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio



entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.





## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.**

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail [licita@trt15.jus.br](mailto:licita@trt15.jus.br).

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.12.1.1. ANEXO "A" – Especificações Técnicas dos Equipamentos;

23.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

23.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato.

## **24. DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 13 de junho de 2022.

**Vera Lúcia de Oliveira Ramires**  
**Secretária da Administração Substituta**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

## **ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA**

**IMPORTANTE.** Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2021, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI. O acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado também mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º, inciso I, da Portaria GP-CR nº 002/2022 deste Tribunal.

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

#### **1.1. Descrição Resumida do Objeto**

**Objeto:** Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**NOTA:** As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

#### **1.2. Descrição Detalhada do Objeto**

1. Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal.

2. Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações detalhadas, instalados e prontos para uso, inclusos os acessórios necessários para instalação. Para isso os licitantes podem agendar visita técnica para avaliação prévia. Tal visita é facultativa aos licitantes interessados, mas obrigatória ao licitante vencedor do certame para realização de um croqui da instalação.

2.1. O licitante vencedor deverá realizar visita técnica prévia à instalação com pessoal qualificado para realização de croqui em um dos consultórios, no qual ainda não há nada instalado. Nesse croqui deverão constar as necessidades elétricas e hidráulicas para perfeito funcionamento do equipamento a ser instalado.

3. A empresa contratada deverá substituir os equipamentos novos pelos existentes nos consultórios, promovendo a adequada desinstalação e acondicionamento dos equipamentos desinstalados, transportando-os para a sobreloja do mesmo Edifício Sede Administrativa do Tribunal. Não há exigência de que os equipamentos a serem desinstalados/desmontados sejam embalados em materiais específicos, sendo que a empresa que for contratada ficará responsável pelo acondicionamento adequado dos equipamentos desinstalados, de forma que possam ser transportados até a sobreloja e não fiquem expostos à poeira ou outras coisas que possam prejudicar suas condições de uso, até que tenham a destinação adequada. A empresa vencedora ficará responsável por fornecer todos os materiais a serem utilizados para a embalagem dos equipamentos desinstalados.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

4. A relação com as descrições dos grupos e itens e as especificações dos materiais constam da tabela do Anexo "A" a este Termo de Referência.

### 1.3. Legislação Específica

Não se aplica.

### 1.4. Vistoria

A Vistoria / Visita Técnica é Facultativa.

Tendo em vista que a instalação de alguns equipamentos vai ficar a cargo do licitante vencedor, pode ser de interesse dos participantes uma vistoria prévia para avaliar as condições da prestação do serviço.

## 2. SUSTENTABILIDADE

2.1. Devem ser observados os seguintes itens do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

Critério	Descrição
2	<p>Observar as seguintes recomendações, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RESOLUÇÃO CSJT Nº 310, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021): A contratada deverá proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022, vez que o Decreto 5.940/2006 foi recém revogado. Além disso, a contratada deve comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:</p> <p>a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e</p> <p>b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;</li><li>• Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;</li><li>• No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);</li><li>• Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;</li><li>• No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);</li></ul>



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD N° 3654/2022-1

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;</li><li>• No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.</li></ul>
--	---

### 3. AMOSTRAS

3.1. Conforme mencionado no item 8 do edital, não haverá solicitação de amostra e sim de catálogo técnico / material ilustrativo.

3.2. A análise do que está sendo ofertado será feita pelo catálogo técnico / material ilustrativo.

### 4. PRAZOS

#### 4.1. Prazo de entrega

1. O prazo para a entrega do objeto será de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho para entrega e instalação, incluída aqui a desinstalação dos equipamentos em 4 das salas.

#### 4.2. Prazo de garantia

1. O prazo de garantia será de 12 (doze) meses a partir da data de instalação para todos os equipamentos adquiridos.

2. O prazo para atendimento à garantia on-site por parte da empresa, após solicitação do Tribunal é de 5 (cinco) dias úteis.

3. Para o item 13, a garantia mínima deverá ser de 2 (dois) anos.

#### 4.3. Prazo de Validade

Não se aplica.

### 5. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

**5.1. Endereço:** Rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP.

**5.2. Horário:** De segunda a sexta-feira. Das 12 às 18 horas.

**5.3. Agendamento prévio:** Entrar em contato com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone 19-3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br para agendamento da vistoria, entrega e instalação com, pelo menos, um dia útil de antecedência. Observar limitações quanto ao elevador para transporte dos equipamentos ao 6º andar, cujas medidas internas são 1,32m x 1,42m com pé direito de 2,23m.



## 6. ORÇAMENTO

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. MÁXIMO ESTIMADO (R\$)	VL. TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
1	Conjuntos odontológicos (sendo 4 montadas para destros e 1 para canhoto) constituídos por: <ul style="list-style-type: none"><li>• Cadeira Odontológica;</li><li>• Equipo acoplado com 5 pontas sustentadas por hastes aéreas superiores;</li><li>• Unidade Auxiliar;</li><li>• Refletor.</li></ul>	5 conjuntos	47.780,12	238.900,60
2	Caneta de Alta Rotação com iluminação por LED	20 un	1.163,72	23.274,40
3	Micromotor	20 un	915,87	18.317,40
4	Contra-ângulo	20 un	906,67	18.133,40
5	Bomba de vácuo de sucção de alta potência para sucção de sangue, saliva e resíduos.	3 un	4.968,10	14.904,30
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – GRUPO 1 (R\$)				313.530,10

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
6	Destilador de água para uso em autoclaves de esterilização a vapor	1 un	1.501,14
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 6 (R\$)			1.501,14

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
7	Autoclave compacta de mesa digital com bomba a vácuo e reservatório	1 un	31.333,33



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD N° 3654/2022-1

<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 7 (R\$)</b>	<b>31.333,33</b>
---	------------------

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
8	Seladora Automatica Esteira Odontológica para Papel Grau Cirúrgico	1 un	5.835,33
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 8 (R\$)</b>			<b>5.835,33</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
9	Aparelho de Raio-X odontológico portátil	2 un	21.431,70
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 9 (R\$)</b>			<b>42.863,40</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
10	Scanner INTRA ORAL	1 un	82.492,83
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 10 (R\$)</b>			<b>82.492,83</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
11	Ultrassom e Profi	5 un	5.109,70
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 11 (R\$)</b>			<b>25.548,50</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
12	Armários para consultório odontológico compostos pelos seguintes módulos: - 1 MÓDULO Pia de Meio Sem Lixeira;	5 conjuntos	7.500,00



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

	- 1 MÓDULO Prateleira de Estoque com porta de vidro; - 1 MÓDULO Gaveteiro Standard com rodízios; - 1 MÓDULO Gaveteiro Clínico com rodízios; - 1 MÓDULO Gaveteiro Aparelhos; - 1 MÓDULO Gaveteiro Standard Padrão; - 1 MÓDULO Gaveteiro Clínico padrão; - 1 MÓDULO Gaveteiro Estoque.		
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 12 (R\$)</b>			<b>37.500,00</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
13	Fotopolimerizador	5 un	8.260,00
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 13 (R\$)</b>			<b>41.300,00</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
14	Mocho sela	4 un	5.553,50
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 14 (R\$)</b>			<b>22.214,00</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
15	Mocho odontológico	4 un	963,50
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 15 (R\$)</b>			<b>3.854,00</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
16	Compressor Odontológico	3 un	15.324,33





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 16 (R\$)</b>	<b>45.972,99</b>
--	------------------

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
17	Cuba ultrassônica	1 un	1.938,70
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 17 (R\$)</b>			<b>1.938,70</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
18	Acessório para o Microscópio Cirúrgico	1 un	15.820,00
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 18 (R\$)</b>			<b>15.820,00</b>

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
19	Aparelho de Ultrassom (voltado para Endodontia)	1 un	11.663,75
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO – ITEM 19 (R\$)</b>			<b>11.663,75</b>

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS ITENS/GRUPO (R\$)</b>	<b>683.368,07</b>
--	-------------------

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a minuta de contrato – Anexo III ao edital.

7.2. O fornecimento dos materiais, os prazos, a garantia do objeto, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**ANEXO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS**  
**(Ver subitem 23.12.1.1 do edital)**



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

### ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Grupo/Item** para a Aquisição de equipamentos odontológicos para renovação dos consultórios de atendimento a magistrados, servidores e seus dependentes deste Tribunal, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNIT. (R\$)	VL. TOTAL (R\$)
1	Conjuntos odontológicos (sendo 4 montadas para destros e 1 para canhoto) constituídos por: <ul style="list-style-type: none"><li>• Cadeira Odontológica;</li><li>• Equipó acoplado com 5 pontas sustentadas por hastes aéreas superiores;</li><li>• Unidade Auxiliar;</li><li>• Refletor.</li></ul> Marca/modelo:	5 conjuntos		
2	Caneta de Alta Rotação com iluminação por LED Marca/modelo:	20 un		
3	Micromotor Marca/modelo:	20 un		
4	Contra-ângulo Marca/modelo:	20 un		
5	Bomba de vácuo de sucção de alta potência para sucção de sangue, saliva e resíduos. Marca/modelo:	3 un		



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

<b>VALOR TOTAL – GRUPO 1 (R\$)</b>	
------------------------------------	--

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VL. UNITÁRIO (R\$)</b>
6	Destilador de água para uso em autoclaves de esterilização a vapor Marca/modelo:	1 un	
<b>VALOR TOTAL – ITEM 6 (R\$)</b>			

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VL. UNITÁRIO (R\$)</b>
7	Autoclave compacta de mesa digital com bomba a vácuo e reservatório Marca/modelo:	1 un	
<b>VALOR TOTAL – ITEM 7 (R\$)</b>			

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VL. UNITÁRIO (R\$)</b>
8	Seladora Automática Esteira Odontológica para Papel Grau Cirúrgico Marca/modelo:	1 un	
<b>VALOR TOTAL – ITEM 8 (R\$)</b>			

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>VL. UNITÁRIO (R\$)</b>
9	Aparelho de Raio-X odontológico portátil Marca/modelo:	2 un	



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

<b>VALOR TOTAL – ITEM 9 (R\$)</b>	
-----------------------------------	--

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
10	Scanner INTRA ORAL Marca/modelo:	1 un	
<b>VALOR TOTAL – ITEM 10 (R\$)</b>			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
11	Ultrassom e Profi Marca/modelo:	5 un	
<b>VALOR TOTAL – ITEM 11 (R\$)</b>			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
12	Armários para consultório odontológico compostos pelos seguintes módulos: - 1 MÓDULO Pia de Meio Sem Lixeira; - 1 MÓDULO Prateleira de Estoque com porta de vidro; - 1 MÓDULO Gaveteiro Standard com rodízios; - 1 MÓDULO Gaveteiro Clínico com rodízios; - 1 MÓDULO Gaveteiro Aparelhos; - 1 MÓDULO Gaveteiro Standard Padrão; - 1 MÓDULO Gaveteiro Clínico padrão; - 1 MÓDULO Gaveteiro Estoque.  Marca/modelo:	5 conjuntos	
<b>VALOR TOTAL – ITEM 12 (R\$)</b>			



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
13	Fotopolimerizador Marca/modelo:	5 un	
VALOR TOTAL – ITEM 13 (R\$)			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
14	Mocho sela Marca/modelo:	4 un	
VALOR TOTAL – ITEM 14 (R\$)			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
15	Mocho odontológico Marca/modelo:	4 un	
VALOR TOTAL – ITEM 15 (R\$)			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
16	Compressor Odontológico Marca/modelo:	3 un	
VALOR TOTAL – ITEM 16 (R\$)			



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
17	Cuba ultrassônica Marca/modelo:	1 un	
VALOR TOTAL – ITEM 17 (R\$)			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
18	Acessório para o Microscópio Cirúrgico Marca/modelo:	1 un	
VALOR TOTAL – ITEM 18 (R\$)			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO (R\$)
19	Aparelho de Ultrassom (voltado para Endodontia) Marca/modelo:	1 un	
VALOR TOTAL – ITEM 19 (R\$)			

**\* É OBRIGATÓRIO INFORMAR A MARCA E, SE FOR O CASO, O MODELO COTADO.**

**PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.**

**DADOS DA EMPRESA**

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

### ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

#### MINUTA CONTRATO Nº \_\_\_\_/2022 PROCESSO Nº 3654/2022

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e dois, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante designado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária da Administração, \_\_\_\_\_, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea "a", publicada no DEJT – Caderno Administrativo, de 13/12/2018, e a empresa \_\_\_\_\_, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, ora representada por seu \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, em conformidade com o resultado do PROAD nº 3654/2022, devidamente homologado às fls. \_\_\_\_ dos referidos autos, regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições que se seguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO** - O presente contrato tem por objeto a aquisição e instalação de equipamentos odontológicos, bem como a desinstalação e acondicionamento dos equipamentos que serão substituídos, conforme indicado nos quadros da cláusula oitava, observadas as especificações contidas no Termo de Referência que orientou a licitação e integra este contrato como se nele estivesse integralmente transcrito.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO** - O prazo de entrega e instalação dos equipamentos deverá ser de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela qualidade dos equipamentos entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento do objeto contratado.

**Parágrafo Segundo** - Os equipamentos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde do Edifício Sede Administrativa, localizado na Rua Doutor Quirino, nº 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, das 12 horas às 18 horas, de segunda-feira a sexta-feira, mediante comunicação mínima de 1 (um) dia útil de antecedência, através dos contatos com Cíntia, Fernando ou José Carlos, no telefone (19) 3231-9500, ramais 2606 ou 2607, ou pelo e-mail saude.adm@trt15.jus.br.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Parágrafo Terceiro** - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação, nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo TRT contemporaneamente ao fato que a ensejar.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA DO OBJETO** – A CONTRATADA deverá oferecer garantia “on-site” pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses para todos os itens, exceto em relação ao item 13 da cláusula oitava, que deverá possuir garantia mínima de 02 (dois) anos, todos contados a partir da instalação dos equipamentos.

**Parágrafo Primeiro** - O atendimento aos chamados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, sempre com visitas agendadas previamente.

**Parágrafo Segundo** - Em caso de novo chamado para atendimento do mesmo problema, o prazo será de 3 (três) dias úteis.

**Parágrafo Terceiro** – Nos casos em que seja necessária remoção do equipamento para realização de manutenções corretivas e/ou preventivas, a retirada, transporte e reinstalação ficarão a cargo do fornecedor.

**Parágrafo Quarto** – Toda a manutenção realizada deve constar de laudo descritivo dos serviços realizados e peças substituídas, que deverão estar incluídas na garantia.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – A CONTRATADA se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições nele estabelecidas, incluindo aquelas constantes do Termo de Referência, obrigando-se ainda a:

1. realizar visita técnica prévia à instalação, com pessoal qualificado, para elaboração de croqui em um dos consultórios em que não há equipamentos instalados, a fim de definir as necessidades elétricas e hidráulicas para perfeito funcionamento do equipamento a ser instalado;
2. entregar o material em perfeito estado de conservação, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato, inclusive aqueles relativos à respectiva garantia;
3. dispor de meios para armazenamento e transporte dos produtos, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas pertinentes e as especificações do fabricante;
4. desinstalar e retirar, quando for o caso, os equipamentos anteriormente instalados em 4 dos consultórios localizados no endereço indicado no parágrafo segundo da cláusula segunda, para a substituição pelos equipamentos adquiridos;
5. promover a adequada alocação dos equipamentos substituídos, transportando-os para a sobreloja do endereço indicado no parágrafo segundo da cláusula segunda, sendo responsável também pelo fornecimento das embalagens necessárias para o acondicionamento apropriado, garantindo que os equipamentos não fiquem expostos



a condições danosas que possam comprometer suas condições de uso, até que tenham a destinação adequada;

6. remover e descartar de forma ambientalmente adequada todos os materiais de descarte resultantes dos serviços de instalação executados;
7. entregar os equipamentos adquiridos nas dependências do 6º (sexto) andar do edifício indicado no parágrafo segundo da cláusula segunda, observando as dimensões dos elevadores de 1,32 m x 1,42m com pé direito de 2,23m.
8. durante o prazo de vigência da garantia, realizar manutenções preventivas periódicas a cada 3 (três) meses;
9. responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
10. responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
11. indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da CONTRATADA junto ao TRT para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este TRT;
12. comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da CONTRATADA durante a vigência deste contrato e, igualmente, durante a vigência da garantia dos equipamentos juntando à comunicação cópia do documento de formalização da respectiva alteração;
13. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contadas do recebimento da notificação emitida pelo TRT, que poderá ser feita por mensagem eletrônica, fac-símile ou telefone;
14. Observar as recomendações, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RESOLUÇÃO CSJT Nº 310, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021), devendo proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305/2010 e o Decreto nº 10.936/2022.
15. observar todos os protocolos vigentes à época quanto à disseminação do vírus Covid-19 bem como cuidar para que seus colaboradores estejam de posse do comprovante de vacinação quando da prestação de serviço nas dependências do TRT.
16. manter as condições abaixo, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:
  - a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial nº 4/2016;
  - a) não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (que promulga o protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

17. manter, durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
  - a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
  - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
18. realizar, para fins de pagamento da prestação dos serviços pelo TRT, o cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), observando-se o disposto nas cláusulas deste dispositivo referentes ao faturamento e recebimento. O cadastramento será realizado no endereço eletrônico: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>.
19. cumprir prontamente as determinações e prestar os esclarecimentos solicitados pelo gestor deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

– A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião dos pagamentos dos equipamentos.

**Parágrafo Único** – Responderá também, administrativamente, a CONTRATADA por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA** - Fica vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

**Parágrafo Único** – O descumprimento de qualquer das disposições desta



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezessete.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT** - O TRT se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

1. permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, nas dependências do TRT, para a entrega e instalação dos equipamentos, nos horários estabelecidos;
2. dar providências às recomendações da CONTRATADA concernentes às condições e ao uso correto dos equipamentos;
3. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado;
4. acompanhar e fiscalizar, sempre que entender necessário, o(s) técnico(s) da CONTRATADA em suas visitas.

**CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO** - O valor total deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme detalhamento contido no quadro abaixo:

Bens - Equipamentos Odontológicos - Grupo 1			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
1	Conjuntos odontológicos (sendo 4 montadas para destros e 1 para canhoto) constituídos por:	05 conjuntos	
1.1	Cadeira odontológica		
1.2	Equipo acoplado com 5 pontas sustentadas por hastes aéreas superiores		
1.3	Unidade auxiliar		
1.4	Refletor		
2	Caneta de Alta Rotação com iluminação por LED , de 400.000 rpm +15%, balanceada, conexão tipo Midwest.	20	
3	Micromotor	20	
4	Contra-ângulo	20	
5	Bomba de vácuo de sucção de alta potência para sucção de sangue, saliva e resíduos.	03	
VALOR TOTAL - GRUPO 1 (R\$)			
Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 6			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
6	Destilador de água para uso em autoclaves de esterilização a vapor	01	



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

VALOR TOTAL – ITEM 6 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 7</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
7	Autoclave compacta de mesa digital com bomba a vácuo e reservatório	01	
VALOR TOTAL – ITEM 7 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 8</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
8	Seladora Automática Esteira Odontológica para Papel Grau Cirúrgico	01	
VALOR TOTAL – ITEM 8 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 9</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
9	Aparelho de Raio-X odontológico portátil	02	
VALOR TOTAL – ITEM 9 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 10</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
10	Scanner INTRA ORAL	01	
VALOR TOTAL – ITEM 10 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 11</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
11	Ultrassom e Profi	05	
VALOR TOTAL – ITEM 11 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 12</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
12	Armários para consultório odontológico	05	
VALOR TOTAL – ITEM 12 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 13</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
13	Fotopolimerizador	05	
VALOR TOTAL – ITEM 13 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 14</b>			



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD N° 3654/2022-1

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
14	Mocho sela	04	
VALOR TOTAL – ITEM 14 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 15</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
15	Mocho odontológico	04	
VALOR TOTAL – ITEM 15 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 16</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
16	Compressor Odontológico	03	
VALOR TOTAL – ITEM 16 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 17</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
17	Cuba ultrassônica	01	
VALOR TOTAL – ITEM 17 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 18</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
18	Acessório para o Microscópio Cirúrgico	01	
VALOR TOTAL – ITEM 18 (R\$)			
<b>Bens - Equipamentos Odontológicos - Item 19</b>			
Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário (R\$)
19	Aparelho de Ultrassom (voltado para Endodontia)	01	
VALOR TOTAL – ITEM 19 (R\$)			
<b>Valor Total Geral (R\$)</b>			

**Parágrafo Único** – Já estão incluídos nos valores estabelecidos nesta cláusula todos os tributos, taxas e contribuições, valores referentes a fretes e seguros, e quaisquer outros encargos inerentes ao objeto contratual, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data de celebração deste contrato, considerados a época e o período de exigibilidade desses.

**CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA DO CONTRATO** – Para segurança



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

do TRT quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia, no montante de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor total deste contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

**Parágrafo Primeiro** – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

**Parágrafo Segundo** – Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o *caput* desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** – Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

**Parágrafo Quarto** – A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT.

**Parágrafo Quinto** – A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo Sexto** – O atraso superior ao prazo estabelecido no *caput* desta cláusula autoriza o TRT a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

**Parágrafo Sétimo** – O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

**Parágrafo Oitavo** – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.

**CLÁUSULA DEZ: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO** – A execução do objeto deste contrato será acompanhada pelo Secretário de Saúde do TRT, Sr. Sérgio de Oliveira Cordeiro, designado gestor do contrato, que terá autoridade para





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

**Parágrafo Primeiro** – O gestor deste contrato será auxiliado:

- I - Nas funções de fiscalização administrativa do contrato, pelo servidor André Luís Tomadão, Assistente-Chefe da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos do TRT;
- II - Nas funções de fiscalização demandante do contrato, pela servidora Priscila Aguiar Rezende, da Secretaria de Saúde do TRT; e
- III - Nas funções de fiscalização técnica, pela servidora Elaine Justino Santos, da Secretaria de Saúde do TRT.

**Parágrafo Segundo** – A atuação fiscalizadora, de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**CLÁUSULA ONZE: DO FATURAMENTO** – No texto da(s) nota(s) fiscal(is), ou nota(s) fiscal(is)/fatura, relativa(s) ao objeto fornecido deverá constar: a discriminação, a quantidade, o preço total, o modelo e o fabricante, bem como o número do processo que deu origem a esta contratação (PROAD nº 3654/2022).

**Parágrafo Primeiro** – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da entrega do objeto e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.

**Parágrafo Segundo** - Se o último dia do prazo previsto no parágrafo anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema SIGEO deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

**Parágrafo Terceiro** – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

**CLÁUSULA DOZE: DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS** - Os equipamentos, serão recebidos:

- a) **Provisoriamente**, pelo gestor deste contrato, no ato da entrega dos materiais, atendidas as especificações constantes no edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ocasião em que será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93;
- b) **Definitivamente**, pela Secretaria de Saúde do TRT, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório ou, contado a partir da instalação quando for o caso, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pela Secretaria de Saúde.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Parágrafo Único** - O recebimento definitivo ficará pendente e o pagamento suspenso, até o saneamento das irregularidades pela CONTRATADA, não importando qualquer ônus ao TRT, nos seguintes casos:

- a) erro na nota fiscal, ou nota fiscal/fatura;
- b) os equipamentos fornecidos não atendam às condições e especificações previstas neste contrato; e
- c) qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo do objeto.

**CLÁUSULA TREZE: DO PAGAMENTO** – O pagamento do objeto contratado será efetuado pelo TRT, por meio de ordem bancária, para crédito do valor na conta corrente indicada pela CONTRATADA, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras. A ordem bancária de pagamento será emitida num prazo máximo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o art. 73 da Lei nº 8666/93, ficando condicionado o pagamento ao disposto nos parágrafos 2º e 3º desta cláusula.

**Parágrafo Primeiro** – A realização do pagamento à CONTRATADA somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

**Parágrafo Segundo** – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

**Parágrafo Terceiro** – Na data da emissão da ordem bancária, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade, conforme o item “17” da cláusula quarta, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, tão logo cessem as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da CONTRATADA e, se verificada irregularidade, o contrato poderá ser rescindido por culpa da CONTRATADA, a critério do TRT, nos termos da cláusula dezessete, com a aplicação das penalidades cabíveis.

**Parágrafo Quarto** – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Quinto** – No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Parágrafo Sexto** - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**Parágrafo Sétimo** - O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**CLÁUSULA QUATORZE: DA VIGÊNCIA** – A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, sem prejuízo da garantia a que se refere a cláusula terceira.

**CLÁUSULA QUINZE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária n.º 14.303, de 21/01/2022, publicada no D.O.U de 24/01/2022, assim classificadas:


Nota de Empenho: \_\_\_\_\_NE\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**CLÁUSULA DEZESSEIS: DAS SANÇÕES** – O atraso na entrega dos equipamentos ensejará aplicação de multa à CONTRATADA, de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor dos respectivos equipamentos entregues com atraso.

**Parágrafo Primeiro** - O atraso no atendimento aos prazos estabelecidos no parágrafo primeiro da cláusula terceira aplicação de multa à CONTRATADA, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso.

**Parágrafo Primeiro** - O descumprimento injustificado, por parte da CONTRATADA, das demais obrigações previstas neste contrato implicará multa à CONTRATADA de 0,2% (dois décimos por cento), por evento, calculada sobre o valor total deste contrato.

**Parágrafo Segundo** - Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

**Parágrafo Terceiro** – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.

**Parágrafo Quarto** – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Parágrafo Quinto** - Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

**Parágrafo Sexto** - O limite para imposição de multa para atrasos de qualquer natureza é de 10% do valor do contrato.

**CLÁUSULA DEZESSETE: DA RESCISÃO** – Constituem motivos para a rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo Primeiro** – O atraso injustificado na entrega dos equipamentos por período superior a 5 (cinco) dias caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da CONTRATADA.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão deste contrato por culpa da CONTRATADA implicará multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, além da suspensão, pelo prazo de 2 (dois) anos, do direito de licitar e contratar com o TRT e, ainda, a declaração de inidoneidade para participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração.

**Parágrafo Terceiro** - Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DEZOITO: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS** – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

**Parágrafo Único** – Na ausência do pagamento das multas o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos da CONTRATADA. Inexistindo crédito em favor da CONTRATADA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

**CLÁUSULA DEZENOVE: DA ASSINATURA** – A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

**Parágrafo Primeiro** – A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:

a- assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e

b- assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Parágrafo Segundo** – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

**Parágrafo Terceiro** – O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

**Parágrafo Quarto** – Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela CONTRATADA, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, conforme parágrafo terceiro desta cláusula, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela CONTRATADA em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

**CLÁUSULA VINTE: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:** Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a CONTRATADA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato da assinatura deste contrato, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;

II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;

IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;

V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

**Parágrafo Primeiro:** A proteção de dados pessoais dos colaboradores da CONTRATADA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

**Parágrafo Segundo:** O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA.

**Parágrafo Terceiro:** A CONTRATADA fica ciente que, para a celebração deste contrato e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da CONTRATADA e, assim, estes DECLARAM, no ato da assinatura deste contrato, o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

- a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
- b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;
- c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e
- d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

**Parágrafo Quarto:** A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

**CLÁUSULA VINTE E UM: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL** - Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei n.º 8666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) a empresa CONTRATADA remanescente ou a beneficiária da cessão ou da transferência demonstre possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as comprovações de regularidade previstas no item "17" da cláusula quarta deste contrato; e
- b) não se verifique fraude à licitação.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA COMPATIBILIDADE** - A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante toda



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região  
Coordenadoria de Licitações  
PROAD Nº 3654/2022-1

a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA LEGISLAÇÃO** – Aplicam-se ao presente contrato, especialmente aos casos omissos, as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como as demais normas pertinentes.

**CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA VINCULAÇÃO** – O presente contrato está vinculado ao edital do PROAD nº 3654/2022 e à proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VINTE E CINCO: DO FORO** - Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

**CLÁUSULA VINTE E SEIS: DA CONCORDÂNCIA** - As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem às cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

\_\_\_\_\_  
TRT

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Item	Descrição	Quantidade
1	<p><b>Consultórios odontológicos</b></p> <p><b>Conjuntos odontológicos constituídos por:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• cadeira odontológica;</li><li>• equipo acoplado com 5 pontas sustentadas por hastes aerreas superiores.</li><li>• unidade auxiliar;</li><li>• refletor;</li></ul> <p><b>Quantidade: 05 conjuntos, sendo 4 montadas para destros e 1 para canhoto</b></p> <p>Marcas de referencia: Dabi Atlante, Saevo, Gnatus ou similar</p> <p>Tendo em vista que se tratam de equipamentos para serem utilizados de maneira integrada, a caneta, o micromotor e o contra ângulo devem ser da mesma marca</p>	5
	<p><b>Especificações técnicas:</b></p> <p><b>Cadeira (05 unidades):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Controle eletrônico sem contato manual (por comando de pé e/ou aproximação) para as seguintes funções: acionamento do refletor, acionamento da unidade auxiliar, posicionamento da cadeira: elevação e encosto com posições de trabalho programáveis e volta a zero;</li><li>• Permitir montagem ambidestra;</li><li>• Encosto de cabeça multiarticulado;</li><li>• Sistema de segurança antiesmagamento;</li><li>• Revestimento liso e sem costura que favoreça a limpeza e desinfecção;</li><li>• Base em aço que não necessite de fixação ao piso;</li><li>• Braço móvel que permita montagem ambidestra;</li><li>• Encosto amplo que possibilite conforto para todos os biótipos;</li><li>• Suporte para monitor/multimídia;</li></ul> <p>• Cor do estofamento a definir conforme grade do fornecedor. A empresa deverá apresentar grade de cores até 5 (cinco) dias uteis após assinatura do contrato.</p>	5
	<p><b>Equipo (05 unidades):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Permitir montagem ambidestra;</li><li>• Acoplado à cadeira com sistema de travamento pneumático;</li><li>• Comando para acionamento das funções da cadeira, refletor, peças de mão e sucção;</li><li>• Bandeja removível em aço inox para instrumental;</li><li>• 5 terminais sustentados por hastes aéreas superiores: sendo 1 para baixa rotação encaixe Midwest, 1 com micromotor elétrico e contra-ângulo multiplicador 5:1 com LED integrado/instalado , 1 para alta rotação encaixe Borden, 1 para alta rotação com iluminação por LED</li><li>• Pedal Progressivo que possibilite o controle da velocidade para o acionamento das peças de mão nos terminais do equipo.</li><li>1 com seringa tríplice com ponta removível e autoclavável;</li><li>• Puxadores bilaterais ou ambidestro.</li></ul> <p>Referência: Saevo SV4 ou similar</p>	5
	<p><b>Unidade auxiliar (05 unidades):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Permitir montagem ambidestra;</li><li>• Unidade auxiliar móvel que permita trabalho a 4 (quatro) mãos, acoplada à bomba de vácuo com acionamento remoto</li><li>• Terminais para 2 sugadores de alta potência (1 de sangue e 1 de saliva) e uma seringa tríplice com ponta removível e autoclavável;</li><li>• Mangueira dos sugadores com engate rapido</li><li>• Cuba removível e porta-copos;</li><li>• Controle sem contato manual através de acionamento no pedal e/ou aproximação para garantir biossegurança dos procedimentos a serem realizados;</li><li>• Reservatórios de líquidos de fácil visualização e reposição.</li></ul>	5
	<p><b>Refletor (05 unidades):</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Permitir montagem ambidestra;</li></ul>	5



SERGIO  
DE  
OLIVEIRA  
CORDEIRO



DOUGLAS  
SUETSUG  
O  
MITSUSE



ELAINE  
JUSTINO  
SANTOS



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema óptico com 5 LEDs: 3 LEDs de cor branca + 2 LEDs de cor amarela ou laranja, com intensidade e cor da luz ajustável.</li> <li>• Campo de iluminação emitido de forma direcionada proporcionando foco único sem sombras;</li> <li>• Potência de Iluminação variável com potência de 30.000 LUX ou mais na posição máxima, com acionamento e controle da intensidade da luz sem necessidade de contato manual, podendo ser por comando de pé ou através do sensor de aproximação das mãos, para garantir biossegurança dos procedimentos a serem realizados.</li> </ul>	
2	<b>Caneta de Alta Rotação com iluminação por LED , de 400.000 rpm +15% , balanceada, conexão tipo Midwest.</b> Rolamentos de cerâmica, com push botton. Referência: Alta Rotação PB Dabi Atlante, Saevo, Gnatus ou similar	20
3	<b>Micromotor</b> Fabricado em Alumínio com tratamento anodizado; Autoclavável a até 135C; Ranhuras antiderrapantes e indicação de sentido no anel de regulagem de rotação. Com spray . Sistema de refrigeração externo padrão, que reduz a possibilidade de entupimento, possibilita a substituição da mangueira de passagem de água, evitando a contaminação cruzada, e refrigera a região de corte da broca em qualquer posição de trabalho, evitando superaquecimento. Rotação De 5.000 RPM/min a 20.000 RPM/min Conexão Midwest 4 furos Rotação De 5.000 RPM/min a 20.000 RPM/min. Possuindo regulagem de rotação/inversão no corpo do micromotor Pressão de Ar de Trabalho 40 libras (psi) Acoplamento Através do sistema INTRA REFERÊNCIA: Micromotor Dabi, Saevo, Gnatus ou similar	20
4	<b>Contra-ângulo</b> Fabricado em Alumínio com tratamento anodizado; Autoclavável a até 135C; Sistema Push Botton de fixação da broca. Acoplamento Através do sistema INTRA Spray para refrigeração no região de corte da broca. Rotação: Transmissão 1:1 Eixos montados com 6 rolamentos. Tipo de broca FG Standard. REFERÊNCIA: Contra Angulo Dabi, Saevo, Gnatus ou similar	20
5	<b>Bomba de vácuo de sucção de alta potência para sucção de sangue, saliva e resíduos.</b> Capacidade para 2 consultórios Bivolt Motor de 1HP de potencia ou mais Deve incluir todos os acessórios necessários para instalação Referência: Saevo SV4 ou similar (deve ser da mesma marca do equipo pois serão equipamentos acoplados cuja conectividade é importante)	3
6	<b>Destilador de água para uso em autoclaves de esterilização a vapor</b> Que não necessite de instalação hidráulica Capacidade do reservatório de água comum: 4 litros, no mínimo. Capacidade do reservatório de água destilada: 3,5 litros, no mínimo. Capacidade de destilação mínima de 0,5l/h. Garantia: 1 ano (contra defeito de fabricação). Referência: Cristófolli ou similar. Voltagem: 110V	1
7	<b>Autoclave compacta de mesa digital com bomba a vácuo e reservatório, com as seguintes especificações:</b>	1

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara de aço inoxidável com capacidade de 42 litros, no mínimo;</li> <li>• Secagem com a porta fechada;</li> <li>• Sistemas de segurança com 10 níveis de alarmes que interrompam o ciclo em caso de emergência;</li> </ul> <p>microprocessada, com 09 ciclos de esterilização pré-programados</p> <p>Duplo estágio de fechamento da porta com indicador eletrônico; Válvula de segurança; Termostato para sobre-temperatura; Fusível térmico.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bomba de vácuo: gera o pré-vácuo e auxilia no processo de secagem. Otimiza e aumenta a eficiência do processo de esterilização;</li> <li>• Registro/documentação de todos os processos de esterilização através de impressão na própria autoclave ou transferência de dados para PC.</li> </ul> <p>reservatório de água que permite a possibilidade de reutilização da água destilada.</p> <p>Ciclo extra para secagem.</p> <p>Voltagem: 220V</p> <p>Referência: SERCON AHMC-10 ou similar</p>	
<b>8</b>	<b>Seladora Automatica Esteira Odontológica para Papel Grau Cirúrgico</b>	<b>1</b>
	<p>Revestimento em aço inox</p> <p>Selagem horizontal,</p> <p>Arraste da embalagem por correias sincronizadas,</p> <p>Controle Eletrônico de Temperatura, comando de aquecimento e acionamento independente do motor; controle eletrônico de temperatura até, pelo menos, 300°C</p> <p>Largura da selagem: 13 mm, no mínimo</p> <p>Velocidade de selagem: aproximadamente 10 minutos</p> <p>Potência mínima: 280 watts</p> <p>Tensão: 220v</p> <p>Referência: SNR 01, Look ou similar</p>	
<b>9</b>	<b>Aparelho de Raio-X odontológico portátil</b>	<b>2</b>
	<p>Aparelho de Raios-x destinado a tomadas radiografias intra-orais (periapicais, inter-proximais e oclusais de adultos e crianças em filme, ou sensor digital ou placa de fósforo</p> <p>Kit com aparelho e acessórios imprescindíveis ao uso clínico ( como por exemplo, mas não se restringindo à baterias, carregadores, cabos de alimentação, protetores e cases de armazenagem).</p> <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Portátil, sem fio</li> <li>-Gerador de Raios-X de alta frequência</li> <li>-Temporizador de exposição ajustável em fração centesimal de segundos com faixa de ajuste mínimo de 0.01 segundo e máximo de 1.00 segundo ou maior.</li> </ul> <p>Referência: Raio X portatil XRAy-DabiAtlante ou similar</p>	
<b>10</b>	<b>Scanner INTRA ORAL</b>	<b>1</b>
	<p>UNIDADE DE CAPTURA DE IMAGENS, SCANNER INTRA ORAL, UTILIZADO PARA MOLDAGEM DIGITAL</p> <p>Sistema Integrado, autônomo, completo, móvel que possa ser deslocado entre salas composto minimamente por:</p> <p>SCANNER : Câmara 3D intra-oral Alta Resolução, com sistema anti-embaçamento e</p> <p>ponteira removível para esterilização, alta resolução com processamento de imagem por triangulação.</p> <p>HARDWARE: CPU embarcado completo necessário ao funcionamento do equipamento com as</p> <p>configurações mínimas recomendadas pelo fabricante do Software 3D CAD,</p> <p>INTERFACE : interface de interação com o operador onde o operador possa comandar todas</p> <p>as funções, fazer o acompanhamento visual do progresso do escaneamento e organizar o fluxo</p> <p>digital (como por exemplo mas não se limitando à: Teclado, mouse, monitor, touch screen),</p> <p>que possa ser adequadamente desinfetada atendendo aos princípios de biossegurança, comando de acionamento pelos pés</p> <p>SOFTWARE : capaz de desenhar e produzir restaurações dentarias computadorizadas que</p> <p>possam em laboratórios de prótese dentarias produzir restaurações fresadas em materias</p> <p>diversos como por exemplo, mas não se limitando à Cerâmica, Zirconia, Resina, cera PMMA.</p> <p>Software capaz também de auxiliar no diagnostico das patologias comparando moldagens</p> <p>digitais feitas em intervalos de tempo evidenciando as alterações ocorridas entre os</p> <p>escaneamentos. Software sem custos de assinatura ou período de uso limitado. Software que</p>	

	<p>permite a exportação em arquivo .STL</p> <p>Incluso, instalação, treinamento do pessoal e suporte remoto aos usuários para resolução de problemas com o equipamento e Software</p> <p>Garantia de no mínimo 2 anos que inclui todas as manutenções preventivas e corretivas prevista no manual do equipamento ou recomendada pelo fabricante executadas pelo fornecedor e sem custos adicionais.</p> <p>Equipamento devidamente registrado na ANVISA</p> <p>REFERÊNCIA: Cerec Omnicam2.0 ou similar</p>	
<b>11</b>	<p><b>Ultrassom e Profi</b></p> <p>Ultrassom com sistema piezelétrico , ativado por pastilhas de cerâmica frequência de 30.000 Hz</p> <p>Possibilidade de uso de bomba peristáltica</p> <p>Seletor digital de função e operação</p> <p>Ajuste fino da potência, de acordo com o procedimento executado</p> <p>Possibilidade de uso de água filtrada e soro</p> <p>Peça de mão de bicarbonato removível e autoclavavel , com difusor concêntrico para evitar entupimento</p> <p>Com insertos de Perio sub (2) e de Perio supra (2)</p> <p>Frequência mínima de 30.000 Hz</p> <p>REFERÊNCIA:Saevo Duo Fit ou similar</p>	<b>5</b>
<b>12</b>	<p><b>Armários para consultório odontológico compostos pelos seguintes módulos:</b></p> <p>1 MÓDULO Pia de Meio Sem Lixeira (ref. MO 103/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Prateleira de Estoque com porta de vidro (ref. MO 101E/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Gaveteiro Standard com rodízios (ref. MO 106E/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Gaveteiro Clínico com rodízios (ref. MO 104E/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Gaveteiro Aparelhos (ref. MO 105/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Gaveteiro Standard Padrão (ref. MO 106/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Gaveteiro Clínico padrão (ref. MO 104/Haydee)</p> <p>1 MÓDULO Gaveteiro Estoque (ref. MO 109/Haydee)</p> <p>*Cada módulo possui 50cm de largura, 47cm de profundidade e 87cm de altura (com tampo e base), todos com pés dada a impossibilidade de fixação em parede. Aceitavel variação de 5% nas medidas.</p> <p>**Tampas em pedra natural ou outro material impermeável de fácil limpeza e desinfecção</p> <p>***Incluso medição, projeto, montagem e acessórios imprescindíveis ao uso.</p> <p>****Cor dos puxadores a ser definida. A empresa deverá apresentar grade de cores até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.</p> <p>REFERÊNCIA: HAYDEE ou similar</p> <p>Site: <a href="https://haydee.com.br/conjunto-com-8-modulos-odontologicos.html">https://haydee.com.br/conjunto-com-8-modulos-odontologicos.html</a></p>	<b>5</b>
<b>13</b>	<p><b>Fotopolimerizador</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aparelho fotopolimerizador odontológico ergonômico, que permite fácil acesso a todos os dentes;</li> <li>• Sem fio</li> <li>• Comprimento de onda amplo ou ampliado, também conhecido como Polywave com comprimento de onda de no minimo menor ou igual a 395nm e máximo igual ou maior a 480nm</li> <li>• Acompanhado de todos os acessórios imprescindíveis ao uso clínico ( como por exemplo, mas não se restringindo à baterias, carregadores, cabos de alimentação e protetores)</li> </ul> <p>REFERÊNCIA: Grand Valo Cordless – Ultradent ou similar</p> <p>Site: <a href="https://www.dentalcremer.com.br/fotopolimerizador-valo-cordless-grand-3200-ultradent.html?gclid=EAIaIQobChMI2v2d3LGC9gIVJxTUAR04XgM9EAAAYASAAEgLNofD_BwE">https://www.dentalcremer.com.br/fotopolimerizador-valo-cordless-grand-3200-ultradent.html?gclid=EAIaIQobChMI2v2d3LGC9gIVJxTUAR04XgM9EAAAYASAAEgLNofD_BwE</a></p>	<b>5</b>
<b>14</b>	<p><b>Mocho sela (com cor do estofamento a definir - A empresa deverá apresentar grade de cores até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mocho tipo sela com assento bipartido</li> <li>• Regulagem da altura e inclinação do assento</li> <li>• Cinco rodízios de silicone;</li> </ul>	<b>4</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de elevação através de pistão a gás;</li> <li>• Regulagem da altura e inclinação através de alavancas independentes.</li> </ul> <p>REFERÊNCIA: Salli, modelo CHIN ou similar</p> <p><a href="https://sallibrasil.com/mochos/chin/">https://sallibrasil.com/mochos/chin/</a></p>	
15	<p><b>Mochô odontológico (com cor do estofamento a definir - A empresa deverá apresentar grade de cores até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato.)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulagem da altura e inclinação do assento</li> <li>• Regulagem da altura e inclinação do encosto</li> <li>• Cinco rodízios de silicone;</li> <li>• Sistema de elevação através de pistão a gás;</li> <li>• Regulagem do assento e encosto através de alavancas.</li> <li>• Pés cromados</li> </ul>	4
16	<p><b>Compressor Odontológico</b></p> <p>Compressor de ar que atenda 2 consultórios odontológicos fabricado de acordo com as normas vigentes (NR12/NR13)</p> <p>Reservatório de ar certificado pelo INMETRO (Selo Compulsório). Para aplicação na área da saúde, consulte as normas vigentes</p> <p>Produto ISENTO de registro na ANVISA.</p> <p>Informações técnicas:</p> <p>Reservatório de ar certificado pelo INMETRO (Selo Compulsório). Para aplicação na área da saúde, consulte as normas vigentes.</p> <p>Vazão teórica (@0 bar) mínima: 120l/m / 4.2 pcm / 7.13 m³/h Pressão máxima: 8 bar / 120 psi Nível de ruído máximo: 48</p> <p>Potência: 1 HP ou mais</p> <p>6000</p> <p>Reservatório de ar: mínimo 50 litros, com pintura eletrostática interna e externa Filtro de aspiração de ar</p> <p>Pressostato com chave geral Liga/Desliga Protetor térmico no motor elétrico</p> <p>Ventoinhas de refrigeração no motor Válvula de segurança</p> <p>Ventoinhas de refrigeração no motor</p> <p>Válvula de segurança</p> <p>Válvula mecânica de alívio do excesso de pressão</p> <p>Manômetro do reservatório</p> <p>Regulador de pressão de saída de ar com manômetro</p> <p>Dreno manual com registro rápido</p> <p>Voltagem: 220v</p> <p>REFERÊNCIA: Compressor Airzap Top Silence 50VF-100, Jun air ou similar</p>	3
	<b>Cuba ultrassônica</b>	1
17	<p>Cuba ultrassônica odontológica de 3 a 3,5 litros display digital com 6 ciclos de programação entre 5 e 30 minutos, com</p> <p>No mínimo três configurações de aquecimento do líquido e com função de degaseificação desse líquido para remoção de microbolhas ,220 V</p> <p>Referência: Schuster L220 ou similar</p>	
18	<p><b>Acessório para o Microscópio Cirúrgico</b></p> <p>Binocular inclinável 0 – 180º – Binóculo com inclinação das oculares no plano vertical de 180º (+/- 90º em relação ao eixo óptico da objetiva); com ajuste de distância interpupilar de 55mm a 72mm, através do mecanismo micrométrico acionado manualmente.</p> <p>Oculares de 12,5x com alternativas de 10x e 20x.</p> <p>Comprimento focal da óptica de 170mm.</p> <p>MARCA: DF VASCONCELOS (obrigatória)</p> <p>* é necessário que este equipamento seja da marca mencionada porque já possuímos o Microscópio Cirúrgico onde esse acessório será encaixado.</p> <p>site: <a href="https://dfv.com.br/acessorios/binoculo-inclinavel-0-180/">https://dfv.com.br/acessorios/binoculo-inclinavel-0-180/</a></p>	1
19	<b>Aparelho de Ultrassom (voltado para Endodontia)</b>	1

Aparelho de ultrassom que apresente vibrações perfeitamente controladas para desgastes delicados e para maior preservação dos tecidos dentários, que possua tecnologia NEWTRON (transdutor que garante a transmissão perfeita das vibrações ultrassônicas até a ponta), botão de controle ajustável de 0,5 em 0,5%; com ajuste de frequência automático e contínuo; que possua peça de mão sem aquecimento e com plano frontal inclinado a 45° para melhor interação com o dentista e uma superfície lisa para permitir uma descontaminação fácil e segura. Deve também possuir suportes para peças de mão de silicone destacáveis para permitir uma esterilização completa e rápida em autoclave.

MARCA DE REFERÊNCIA: Ultrassom Satelec P5XS ou similar

Site: [https://www.dentalcremer.com.br/ultrassom-satelec-p5-xs-micro-imagem-107353.html?gclid=EAlaIQobChMItM6euq-C9gIVUw2RCh0a4wAKEAAYASAAEgJOv\\_D\\_BwE](https://www.dentalcremer.com.br/ultrassom-satelec-p5-xs-micro-imagem-107353.html?gclid=EAlaIQobChMItM6euq-C9gIVUw2RCh0a4wAKEAAYASAAEgJOv_D_BwE)